

Esta contém o original



GOVERNO DE
PORTUGAL



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Miguel Relvas, o Ministério da Educação e Ciência, representado pelo Ministro Professor Doutor Nuno Crato, e adiante designados por Governo, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, representado pelo seu Presidente, Professor Doutor António Rendas, e adiante designado por CRUP, e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, representada pelo seu Presidente, Dr. Fernando Ruas, e adiante designada por ANMP, reconhecem o interesse comum no reforço de atividades capazes de dinamizar o empreendedorismo, alinhadas com as prioridades de política pública reconhecidas no Programa Estratégico para o Empreendedorismo e Inovação, através da celebração do presente Protocolo, na forma que se segue:

I - Objectivos

É objectivo deste Protocolo de Cooperação:

- a) Estimular a cooperação institucional entre os municípios e as universidades;
- b) Criar mecanismos e dinamizar apoios estruturais ao empreendedorismo jovem;
- c) Estimular o desenvolvimento económico de base local;
- d) Criar condições para que se possa leccionar o empreendedorismo nas Escolas Nacionais;
- e) Estimular a inovação aplicada aos produtos endógenos do território.

II - Atividades

Para atingir estes objectivos, os outorgantes assumem os seguintes compromissos:

- a) O Governo, tendo presente o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E +I), colaborará no desenvolvimento dos objectivos estabelecidos no presente protocolo, articulando diretamente com os restantes outorgantes, através de meios técnicos e operacionais e promovendo iniciativas e oportunidades para a sua exequibilidade;
- b) O CRUP promoverá junto de quem representa o desenvolvimento de planos de pesquisa e estudos sobre o empreendedorismo, fomentando ações de formação ou

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

- outras formas de transmitir o saber, na perspectiva de um alargamento do contexto de intervenção pedagógico sobre o tema em causa;
- c) A ANMP promoverá junto dos Municípios formas e meios para a divulgação e concretização dos objetivos deste protocolo, incentivando os mesmos a desenvolverem o empreendedorismo de âmbito local e regional;
 - d) Todos os outorgantes se comprometem a realizar, no âmbito do presente protocolo, intercâmbios de informação e ações colaborativas visando contribuir para a difusão de todas as temáticas relacionadas com o empreendedorismo e de um modo geral para a concretização dos objetivos do presente protocolo.

III - Apoios Financeiros ou Outros

Todos os outorgantes concordam em envidar esforços no sentido de obter junto de terceiros o financiamento necessário à concretização deste Protocolo.

IV - Coordenação

Os elementos a cargo de quem ficará a coordenação do presente protocolo são indicados pelo Governo, pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, e pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

V - Denúncia

- a) O presente protocolo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.
- b) No caso previsto no número anterior, havendo ainda trabalhos a decorrer nessa data, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Protocolo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as actividades em curso, as quais serão cumpridas antes de efectivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações inerentes.
- c) Qualquer das partes poderá ainda proceder à resolução do presente protocolo quando se verifique ter havido incumprimento grave ou culposos das obrigações contratuais de



outra parte, e a ser indemnizada pelos eventuais prejuízos que o incumprimento grave ou culposos causou, incluindo o incumprimento do previsto no número anterior.

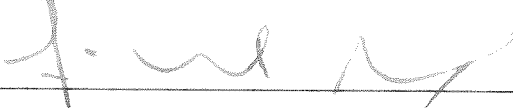
VI - Duração do Protocolo

O protocolo vigorará a partir da data da sua assinatura, por um período de cinco anos, após o que será o mesmo avaliado e, caso haja concordância de todas as instituições, poderá ser objecto de renovação por iguais períodos.

Por estarem de acordo com o ora disposto, as partes assinam o presente protocolo em quatro exemplares, todos valendo como originais, destinando-se cada um dos exemplares a cada uma das partes outorgantes.

Coimbra, 15 de Fevereiro de 2012

Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares



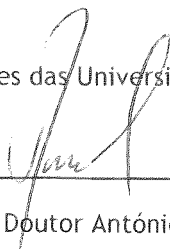
(Dr. Miguel Relvas)

Ministro da Educação e Ciência



(Professor Doutor Nuno Crato)

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas



(Professor Doutor António Rendas)



Associação Nacional dos Municípios Portugueses

(Dr. Fernando Ruas)